

A profecia inversa de Belo Monte e a resistência ancestral

Ana Laide Soares Barbosa¹

Introdução

A princípio, qualquer processo capitalista de acumulação por espoliação de bens naturais e mão de obra escravizada promove a miséria, o racismo, o machismo, a destruição da natureza, as guerras, o analfabetismo, a divisão de classes e de países. Pois, com Belo Monte, será o oposto. Renascendo da ditadura militar, é aclamada por governos, empresas internacionais, corporações financeiras, instituições religiosas e de pesquisas, como orgulho de grandeza, que proporcionaria desenvolvimento para a região e seus povos. A usina se consolida com as promessas de prosperidade para a região Norte, e o Brasil, na condição da segurança energética sustentável.

Para os mais afetados com o empreendimento ficava o questionamento: que desenvolvimento é esse que promove a *des-territorialização*, o *des-equilíbrio*, o *des-governo*, o *des-pejo* dos povos e a destruição do meio ambiente e de seres não humanos? Argumentos e reflexões eram processados pelo que ouvíamos, víamos, sentimos e convivíamos cotidianamente no território invadido pelo mega-projeto hidrelétrico da Usina de Belo Monte na Volta Grande do Xingu (UHEBM).

Os efeitos positivos da usina não são visíveis localmente nos referidos aspectos econômicos; o custo de vida é alto para as populações de baixa-renda e

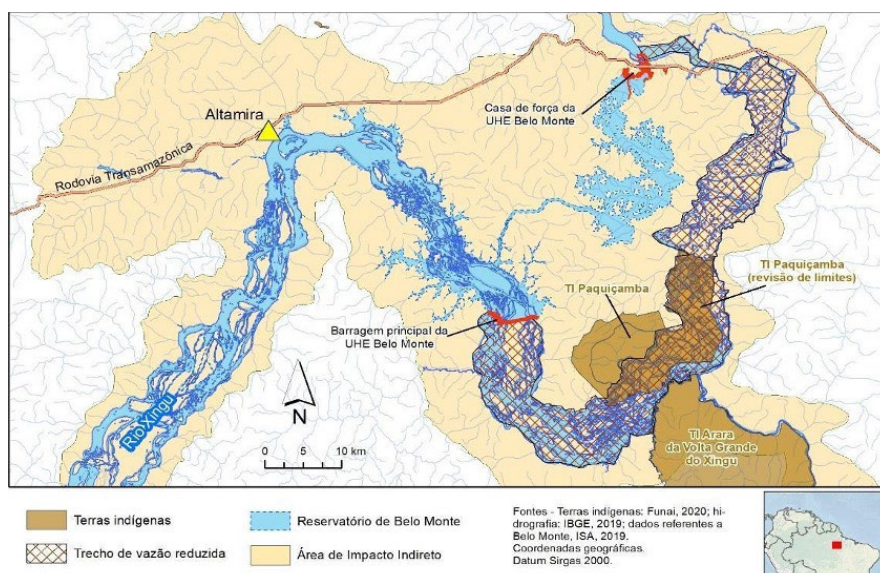
1. Licenciada e Bacharela em Etnodesenvolvimento pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Educadora Social pelo Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXV). Mestra pelo Programa de Pós-Graduação e Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (UnB).

das que vivem da agricultura familiar, da pesca e do extrativismo; para algumas atividades como a pesca as condições de sobrevivência ficaram cada vez piores por causa da morte do rio e houve a geração do aumento pobreza entre os povos do campo e da cidade.

A profecia da prosperidade e do desenvolvimento não conseguiu a erradicação da pobreza, a diminuição da violência e a equidade entre os diversos. Seus resultados são pífios se comparados às tragédias causadas pelo empreendimento na sociobiodiversidade da região.

A Volta Grande do Xingu é a parte do rio que, ao chegar na cidade de Altamira, inicia o seu percurso por um trecho de 180 km de extensão (Umbuzeiro, 2012), passando por quatro municípios (Altamira, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu e Anapu), no estado do Pará. O rio juntou as/os antigas/os moradores/es – povos indígenas – e os migrantes que vieram, principalmente, do Nordeste para a coleta do látex (Francesco, 2021). Desse modo, a Volta Grande do Xingu é, hoje, ocupada por povos originários e tradicionais: “a ocupação da Volta Grande do Xingu e da Amazônia foi sendo alterada pela afluência de migrantes que acompanhavam os grandes ciclos de invasão de territórios até então indígenas” (Brasil, 2017, p. 17). A seguir, é possível visualizar a localização geográfica da Grande Volta do Xingu (vGX).

Figura 1: Localização geográfica da Volta Grande do Xingu: Belo Monte

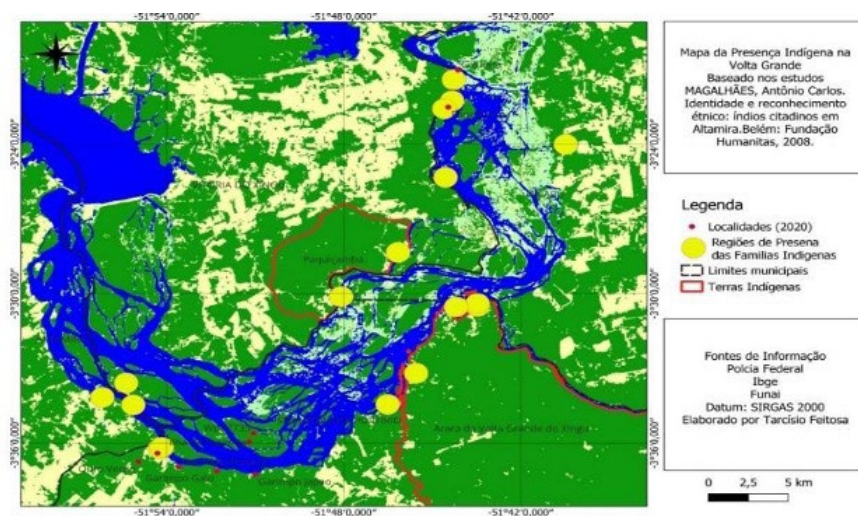


Fonte: Acervo Maurício Torres In: Stefano, Garvey e Virginio (2021).

De acordo com Reis (2021), a ocupação desse solo comum se intensificou na década de 1970 com a abertura da rodovia Transamazônica e o incentivo do governo militar para a migração. A autora indica que a maioria dos migrantes eram nordestinos fugindo da seca em direção à Amazônia. Seguindo esse fluxo migratório, as famílias das comunidades de Belo Monte de Vitoria do Xingu (BMVX) e Belo Monte do Pontal, município de Anapu (BMP), migraram de suas terras natais para a Amazônia em busca de melhores condições de vida, como é o caso de Sara, pescadora da região da vazão reduzida. Segundo ela, a vinda dos seus pais para comunidade de Belo Monte do Pontal se relaciona diretamente ao fluxo migratório dessa época: “o pai veio do Ceará, em 1975 e a mãe da Bahia, em 1978, quando outras tantas famílias migraram para a região” (Reis, 2021; Chaves, 2018).

Hoje, na VGX, existem cerca de 23 comunidades tradicionais no entorno das aldeias indígenas (Brasil, 2017), entre os quais, estão os povos indígenas que vivem em territórios demarcados: Terra Indígena (TI) Arara da Volta Grande, do povo Arara; TI Paquiçamba, do povo Juruna; e TI Trincheira-Bacajá, do povo Xikrin; indígenas ribeirinhas/os em terras ainda não demarcadas, como as comunidades de São Francisco (Juruna Yudja) e da Cachoeira do Jericoá (Curuaia e Xipaia).

Figura 2: Mapa dos povos não aldeados da VGX



Fonte: Magalhães (2008).

É justamente essa diversidade dos povos da Volta Grande do Xingu e suas culturas dinâmicas que caracterizam esse território. Essas culturas têm sido forjadas na interação que eles estabelecem entre si e com o ambiente, criando condições de vida, produzindo saberes ecológicos próprios e criando temporalidades igualmente próprias. “O céu abaixou”. Essa é a explicação do Sr. Cristiano para as transformações que a crise climática tem imposto às temporalidades praticadas pelos povos do Xingu. Para eles, esse território sempre foi acolhedor, assim como a VGX, que, antes do barramento, “era uma mãe”. Hoje, esses povos testemunham as paisagens, os tempos e as dinâmicas desse mundo, sendo transformadas tragicamente por conta da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (УНВМ), e são obrigados a conviver com o novo ciclo de integração colonizadora implementado pelo projeto hidrelétrico.

Onde nasce o complexo Belo Monte

A primeira tentativa de barramento do rio Xingu ocorreu na década de 1980, após a construção da rodovia Transamazônica/BR-230. A rodovia foi uma das principais estratégias do Regime Militar para “integrar a Amazônia ao resto do país” e consolidar o projeto desenvolvimentista na região. O bispo da antiga prelazia do Xingu, Dom Erwin Krautler, não entendia a razão de o presidente militar General Emílio Garrastazu Médici se “emocionar ao ver uma majestosa castanheira cair morta” (Krautler, 2005, p. 9). Era a época do “integrar para não entregar”.

Em 1990, o projeto de barramento do rio, projetado pelo regime militar – e, inicialmente chamada Kararaô, – foi arquivado por força das mobilizações dos povos originários do Xingu, movimentos sociais, igreja, ONGs, ambientalistas e encantados. A mobilização mais simbólica foi o *I Encontro das Nações Indígenas do Xingu*, em fevereiro de 1989, articulada pelos Kayapó do alto rio Xingu (Krautler, 2005) e marcada pelo emblemático gesto guerreiro da indígena Tuíra, esfregando o facão na cara do representante do governo.

A castanheira que tombou morta pelas mãos da ditadura, imagem que foi motivo de emoção para o presidente Médici, não conseguiu mudar o rumo da história. O Estado brasileiro não descansou desde então: fez novos estudos, mudou o projeto original, retirou o nome indígena da usina e elaborou novas estratégias para conquistar a população e dividir os povos indígenas (Tenotã-mô, 2005). E, para surpresa de muitos que lutaram contra o projeto Kararaô, eis que ele

Figura 3: Tronco da castanheira símbolo da Rodovia Transamazônica



Fonte: Francis Portes (2022).

ressurgiu com um novo nome: *Usina Hidrelétrica de Belo Monte* (УНВМ)². Nesse contexto, o espantoso, é que a sua aprovação e a sua construção deram-se em pleno regime democrático.

A УНВМ foi um projeto concebido a partir de uma concepção hegemônica de desenvolvimento econômico, “como mola propulsora” do país (Diegues, 1992, p. 2), orientado por valores de mercado global. Nesse sentido, os discursos em favor do projeto sustentavam que ele era fundamental para gerar energia para as atividades de mineração, agronegócio e empresas de beneficiamento e, também, para retirar a região da pobreza e do subdesenvolvimento. Como uma espécie de profecia inversa, a região está agonizando em meio a queimadas, aumento da pobreza, da violência e da violação de direitos humanos e da natureza.

A construção da УНВМ teve início em 2011 e foi concluída em 2016, sendo que sua última turbina foi inaugurada em 2019. Nesse ínterim, vivenciamos todo tipo de violências: violência contra a pessoa como detentora de direitos; violência étnica, provocando o genocídio de povos originários; violência contra a

2. Novamente utilizaram o nome de duas comunidades tradicionais: Belo Monte de Vitoria do Xingu e Belo Monte do Pontal, em Anapu, cravando em seus territórios a usina com o mesmo nome, como uma forma de anulação dessas comunidades.

ancestralidade/encantaria dos povos dos rios e das florestas; violências contra as diversidades culturais; violência urbana; violência contra a natureza; violência contra os seres não humanos, florestas, plantas, animais, rios, encantados); e violência contra o rio Xingu, que está sendo morto dia após dia: “Ali percebi que não haveria como acessar a dimensão da violência e da destruição em curso se não compreendêssemos a beleza do que se perdia” (Silva, 2020, p. 99).

O projeto Belo Monte, não é um fato consumado, se considerarmos que consequências do empreendimento no tempo presente irão perdurar por muito tempo. Dentre as consequências, devemos considerar:

a) Hidrograma de consenso. Refere-se ao volume de água proposta pela Norte Energia para a vazão reduzida. Atualmente, o fluxo normal do rio Xingu na Volta Grande é desviado em até 80% para as turbinas da central elétrica da barragem de Belo Monte. A navegabilidade do rio, o principal meio de transporte da produção das comunidades, dos bens da cidade e das próprias populações ribeirinhas, tornou-se inviável em muitas partes do chamado Trecho de Fluxo Reduzido.

No verão amazônico, as ribeiras e lagoas ficam enlameadas e os campos dos povos ribeirinhos ao longo do rio estão secando devido ao stress causado às águas subterrâneas. Numerosos estudos científicos – muitos realizados pela Agência Federal do Ambiente (Ibama) provaram a inviabilidade desse sistema de utilização do rio para fins hidroelétricos (o chamado Hidrograma de Consenso). No entanto, apesar de todos os impactos, o presidente do Ibama não só autorizou a sua continuação e operação em 2021, como também concordou em reduzir o fluxo do Xingu em 2022;

b) Retorno das famílias para as margens do reservatório. Há 8 anos cerca de 300 famílias de pescadores/beradeiros seguem lutando para serem realocados nas áreas de onde foram expulsas, as margens do reservatório de Belo Monte. As famílias que já foram realocadas enfrentam dificuldades de responsabilidade da Norte Energia (Nesa), na implementação das estruturas necessárias como água, energia, escola, transporte etc. Outras dependem da liberação de áreas que ainda estão sob domínio de fazendeiros que resistem; essa situação é confortável para a Nesa;

c) Ecocídio na vazão reduzida. Há afetação das florestas aluviais da volta grande. De acordo com os laudos técnicos do Ibama, percebemos que houve

a redução da água na vgx, com perda de 90% dos ambientes alagáveis, provocando danos irreversíveis desse ecossistema. Desde 2016 o trecho da vazão reduzida está sem piracema (período de reprodução dos peixes). Peixes atrofiados, ovas petrificadas dentro dos peixes, peixes com dentes podres e cheios de vermes, quelônios se sufocando com espécies de limo que se proliferam são alguns dos sinais desse território em decadência.

Sobre o conceito de ecocídio, o cientista Arthur Galston (2020) o utilizou para denunciar a destruição ambiental da floresta na Guerra do Vietnã. A princípio, o ecocídio era considerado um crime de guerra, como bem se nota no Parecer Jurídico³⁶ - GT Jurídico do Núcleo Articulador da Campanha Pare Ecocídio Brasil. No entanto, tem sido ampliado para descrever a destruição em larga escala do meio ambiente, incluindo a flora, a fauna e os recursos naturais, como o que tem acontecido na vgx. Em outras palavras, o crime de ecocídio pode ser entendido como o extermínio deliberado de um ecossistema.

Esse projeto passou uma imagem falsa para a sociedade. A geração de energia é pouca pelo que se pretendia e pelo rastro de destruição que causou. Os valores humanos e não humanos foram afogados pela hidrelétrica de Belo Monte, aumentando a dívida socioecológica do Estado brasileiro com a região amazônica.

Enquanto violava os direitos mais básicos dos povos da vgx, o empreendimento implantou a sua própria jurisprudência, burlando e desrespeitando as leis estabelecidas no país, conforme constatou Silva (2020, p. 59): “Era evidente: Belo Monte desafiava as instituições de Justiça”, criando suas próprias regras.

Estamos diante de uma nova Transxingu. Observamos outras fronteiras capitalistas se constituindo para amenizar os males que o desenvolvimento implementou nas sociedades impactadas. Dentre estas fronteiras destacam-se políticas e programas de reparação, baseado em uma perspectiva de mercado, com ênfase em capital verde, bioeconomia e crédito de carbono. As atuais práticas de invasão e exploração da Amazônia, em especial a Amazônia paraense, são as mesmas há décadas, culminando em expulsão, mortes, negação dos direitos humanos etc. A Amazônia paraense está particularmente ameaçada. Os Estados do Pará e do Amapá constituem os trechos amazônicos com abertura oceânica e com um patrimônio incalculável dos recifes de água doce na foz do Amazonas, hoje ameaçados pelas petrolíferas.

Nesse contexto, Belo Monte não inaugura um novo caminho de desenvolvimento, ao contrário, reforçou o velho modelo predatório, abrindo um novo varadouro nas águas impenetráveis do Xingu. Estamos vivendo um período de

territórios em ruínas, a Volta Grande do Xingu está vivendo um tempo de “produção de áreas de perturbação lenta” (Anna Tising, 2019).

O desfecho da tragédia de Belo Monte está longe de acabar, quer seja para as vidas humanas, quer seja para as não-humanas. O desmatamento em áreas protegidas como Trincheira Bacajá, do povo Xikrin, e Ituna-Itatá, dos povos isolados, aumentou exponencialmente nos últimos anos. A Gleba Ituna Itatá perdeu, até 2021, mais de vinte e dois mil hectares de floresta, o que corresponde a doze milhões de árvores derrubadas, destruídas, vinte e dois mil hectares de vidas humanas e não humanas desperdiçadas.

No artigo “Terra indígena Ituna-Itatá: saques e pressões em território de indígenas isolados no médio Xingu”, Marinho e Saraiva (2021) fazem um levantamento dessas áreas de terras desflorestadas por grileiros e garimpeiros ilegais. Importante destacar que ações de proteção nesses territórios são parte das condicionantes da УНВМ, sendo elas as áreas que mais sofreram pressão após a instalação da hidrelétrica:

Em 2011, a TI Ituna-Itatá foi criada como uma das condicionantes do megaprojeto hidrelétrico Belo Monte, que começava a sair do papel no mesmo ano, na área conhecida como Volta Grande do Xingu. No licenciamento ambiental de Belo Monte, em estudo denominado de “componente indígena”, corroborou-se a existência de indícios da presença de indígenas isolados no interflúvio dos rios Xingu e seu afluente da margem direita, o rio Bacajá, a cerca de 100 km do barramento principal do empreendimento. [...] Segundo a Rede Xingu + (2019), três TIs foram objeto de intenso processo de invasão de madeireiros e grileiros em 2019. Trata-se das Tis Cachoeira Seca, Apyterewa e Ituna-Itatá. Em cada uma dessas três TIs, o desmatamento superou 7 mil hectares de vegetação. Em quarto lugar, ficou a TI Trincheira Bacajá, que teve 3.969 ha desmatados (Marinho; Saraiva, 2021, s/p).

Nessas áreas destruídas, habitavam os animais, os encantados, os parentes dos indígenas da região, os isolados; lá estavam os locais sagrados, os sumidouros da Curupira (Almeida, 2014); estava a nossa ancestralidade, a nossa cosmologia. É isso que vai se perdendo com o projeto Belo Monte. Ademais, se os impactos são imensuráveis nas contabilidades humanas, imagine para as contas atemporais dos encantados. É provável que parte do céu já tenha caído (Kopenawa; Albert, 2015); e o final do mundo (Krenak, 2019) não esteja adiado nesse pedacinho da Amazônia paraense.

As ausências do Estado abrem caminhos para o avanço dos interesses econômicos predatórios, típicos de uma colonização moderna que abarca grileiros, madeireiras e garimpos ilegais, bem como o capital internacional, a exemplo da empresa francesa de energia GDF-Suez, que está presente desde o licenciamento de Belo Monte, conforme constatou o Movimento Xingu Vivo Para Sempre:

Embora a construção do plano hidrelétrico de Belo Monte tenha sido liderada pelo governo brasileiro, existem dados inquestionáveis demonstrando que governos e empresas internacionais desempenharam um papel conivente no planejamento e construção de Belo Monte, e que estes atores têm interesses econômicos no funcionamento desta e de outras centrais hidroelétricas nos rios amazônicos.

O envolvimento direto francês no licenciamento de Belo Monte: A empresa francesa GDF-Suez, através da sua subsidiária brasileira LEME, foi responsável pelas controversas avaliações de impacto ambiental que abriram caminho à licença ambiental de Belo Monte. Naquele momento, o Estado francês detinha 36% das ações da GDF-Suez. **Investimentos franceses na Eletrobras:** Em 2011, o Ministério francês de Cooperação fez um empréstimo de 100 milhões de euros à empresa pública brasileira Eletrobrás na América Latina e na África. Essa empresa, através da sua subsidiária Norte Energia, foi responsável pela construção da barragem de Belo Monte (Carta do Xingu Vivo, 2022).

Outra empresa que chega com a hidrelétrica de Belo Monte é a mineradora canadense Belo Sun, que pretende explorar aproximadamente 117 toneladas de ouro no PA Ressaca³, assentamento da reforma agrária há mais de 20 anos. O Instituto nacional da Reforma Agrária (Incra) doou para Belo Sun, através de um acordo, vinte e três lotes do PA Ressaca, o que significa 2.400 hectares de terra.

Agora, a mineradora canadense Belo Sun percorre os mesmos caminhos da ilegalidade para se implantar nesse território ancestral, sociocultural e ambientalmente bastante destruído. Ainda que percorra a burocracia

3. O Projeto de Assentamento Ressaca está localizado no município de Senador José Porfírio. Foi criado em 3/9/1999 e abrange uma área de 30.265,63 hectares com capacidade para 500 famílias. As famílias efetivamente assentadas correspondem a 478. O PA Ressaca foi obtido como terra pública arrecadada e matriculada em nome da União em 28/7/1982 (Gleba Ituna). O assentamento está registrado no Cadastro Ambiental Rural (CAR) com área de 26.133,29 hectares denotando uma discrepância com o tamanho do território constante na portaria de criação do PA. São 4.132,34 hectares a menos.

da legislação ambiental para alcançar sua instalação e explorar cerca de 117 toneladas de ouro previstas em 12 anos, a estratégia segue a trajetória da corrupção, ao iniciar adquirindo os primeiros lotes de terra de forma ilegal, comprando terras que pertencem à União e que estão destinadas à reforma agrária no Projeto de Assentamento Ressaca. Este fato gerou uma ação da Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE) que paralisou a licença de operação pleiteada pela mineradora. (Stefano *et al.*, 2021, p. 14).

Os impactos pós Belo Monte não foram previstos, o que indica a necessidade de novos estudos que sejam capazes de projetar, no médio e no longo prazo, os efeitos da usina já em funcionamento. Os povos da VGX e os movimentos sociais já observam e documentam uma série de evidências da tragédia de longa duração que a usina representa para a região: os castanhais do entorno do rio a cada ano diminuem suas produtividades; os frutos que alimentavam os peixes não caem mais nas águas por conta da vazão reduzida, o que afeta também a piracema; os peixes estão doentes, morrendo, com os dentes podres, atrofiados e com as ovas secando em suas barrigas.

Além de comprometer a piracema, a seca também atingiu as grotas num raio de 12 km. As plantações dos agricultores estão afetadas pelas condições das águas: açazais nativos não estão produzindo; a graviola já nasce com doenças; novas espécies viscerais surgiram no rio, como o limo que se espalha no leito. Para além desses impactos que não foram previstos, é preciso considerar os impactos invisíveis que afetam os não humanos que tiveram seus territórios de vida destruídos.

Habitar o rio Xingu a cada ano que passa tem se tornado mais complexo. Pode-se dizer que as formas de vida que conformam esse território estão sob os efeitos das ruínas que a hidrelétrica de Belo Monte vem provocando. Seguindo o argumento da antropóloga Anna Tsing (2019), a Volta Grande do Xingu está vivendo um tempo de “produção de áreas de perturbação lenta”. O drama dessa paisagem perturbada, que envolve peixes com má formação, com ovas petrificadas e dentes podres, quelônios sendo sufocados por espécies invasoras de limo, comunidades inteiras de pescadoras/es que veem seus modos de vida interditados já conforma a realidade de sistemas ecológicos em transformação. Nas palavras da autora:

Tanto nativos quanto migrantes podem participar na produção de áreas de perturbação lenta. Uma direção útil na qual mover a “diversidade biocultural” é abri-la à diversidade contaminada e aos regimes de

perturbação lenta de pessoas em muitas circunstâncias (Tsing, 2019, p. 24, grifo no original).

Não bastasse a tragédia socioambiental, a região também experimenta um intenso processo de militarização. Altamira está tomada de viaturas da polícia militar que tem como principal alvo os pobres, os negros, os desempregados, os expulsos por Belo Monte, os quais, uma vez encarcerados podem encontrar um destino desumano, a exemplo do massacre que ocorreu no presídio de Altamira em 29 de julho de 2019. O nível de violência que se implantou na sociedade altamirense e região é sem precedentes. A barbárie se instalou em uma região regida pela ne-cropolítica. O que levou aquelas pessoas encarceradas a agirem com tal brutalidade entre si⁴? O que as levou a decapitar e queimar corpos com tamanha frieza?

Belo Monte gerou novos paradigmas em relação às leis vigentes, relativas aos direitos ambientais e direitos humanos. Os papéis se inverteram e o direitos básico à vida foi violentado e banalizado nesse processo. Belo Monte.

É uma batalha genocida,
de um processo colonizador,
conduzido pelo silenciamento
de um saber ancestral
e pela morte de um rio.
Junto de toda a vida que se identifica nele.
(Silva, 2020, p. 16)

Nesse aspecto, o ponto em comum entre humanos e não humanos não é só a barragem, mas o que ela representa para os povos tradicionais e os encantados em seus territórios ancestrais.

Conclusão

Ao comentar a respeito dos projetos do próximo governo está claro que os governos, o nosso sistema brasileiro, não nos inclui como povos tradicionais, isso é fato. Temos que buscar essa participação, a partir das nossas organizações de

4. G1 PA. 'Massacre do Presídio de Altamira', no PA, maior tragédia carcerária depois de Carandiru, completa dois anos. G1, 29 jul. 2021. Disponível em: <https://shre.ink/Q0BB>. Acesso em: 3 maio 2023.

base. Eles não nos representam, ao contrário, eles nos usam em suas demandas populistas: igualdade racial, inclusão social.

As políticas públicas nascem das ruas, dos protestos. Acredito que passos estão sendo dados, os povos estão defendendo seus territórios. A potência militar na região Amazônica serve para coagir os movimentos que estão defendendo seus territórios e garantir os megaprojetos desenvolvimentistas, a exemplo de Belo Monte, onde a força nacional acampou nos canteiros de obras para garantir sua construção.

Ainda há o mito do espaço vazio nessa região, Belo Sun seguiu essa linha de pensamento. No primeiro momento que apresentou o seu mapa, mostrava o PA Ressaca como uma área verde sem a presença humana, onde não existiam pessoas. Era assim o primeiro mapa que Belo Sun apresentou para os moradores do PA.

A estratégia de anular os habitantes nessa região é presente. Para contrapor essa narrativa, as comunidades iniciaram as suas cartografias sociais e os protocolos de consultas começaram a ser discutidos e realizados entre os povos nessa região. Nesse sentido, são fundamentais esses mecanismos sociais e acadêmicos, comprometidos com a sociedade. Desta forma, os povos constroem autonomia e autogestão em seus territórios.

Outro fator importante é rememorar as narrativas de suas histórias e pertencimento nesse território. Os moradores do PA Ressaca narram que foram eles que, em mutirão, abriram os ramais que anularam a malária e que construíram as vilas e a produção desse assentamento. Esses habitantes que migraram para essa região criaram suas famílias e potencializaram a região com seus próprios esforços porque nunca tiveram incentivos por parte do governo municipal, estadual ou federal.

Portanto, a academia é fundamental nesse protesto/processo que é produzir ferramentas a partir dos conhecimentos desses povos para servir a sociedade num processo sustentável e mais humanizado, contribuindo gratuitamente com suas pesquisas para o bem social, almejando a equidade entre homem-natureza, trazendo para suas ciências outras formas de pensar o mundo ou o pluriverso da Volta Grande do Xingu para que possamos qualificar cada vez mais nossa resistência e debater qual é o projeto de vida para os povos e espécies companheiras (Haraway, 2020) nesse território comunal.

A resistência é ancestral

Mesmo nesse cenário apocalíptico, há quem resista. Os povos originários, os povos tradicionais, fazem lutas cotidianas em defesa de seus territórios. A resistência é cabocla, indígena, afroindígena, ribeirinha, biodiversa, encantada, no sentido dos entrelaçamentos étnicos, raciais e mais que humanos, das alianças entre humanos e não humanos, que conformam a tessitura do mundo e da vida nessas paragens. É uma resistência ancestral, é geradora de vida, por isso é transgressora.

Estamos falando de um território de intenso fluxo de pessoas, de passagem e de paragem. Esse território é um território ancestral dos povos indígenas, principalmente os Yudjá (Lima, 2005), mas que há décadas vem se acomodando com outros povos que migraram a partir das políticas de estado para essa região. Respondendo a provocação da professora Sonia Magalhães: vamos pensar no *des-represamento* do Xingu? Será com esses povos que faremos o *des-represamento* do rio Xingu com a força dos ancestrais. Essa é a luz que iremos seguir.

Referências

- ALMEIDA, M. W. B. Caipora e outros conflitos ontológicos. *R@u*, v. 5, n. 1, p. 7-28, 2013.
- STEFANO, D.; GARVEY E VIGINIO, B. (org.). *Amazônia em Fluxo*. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2021. 80 p. il.
- BRASIL, Ministério Público Federal; CONSELHO Ribeirinho do Reservatório da UHE Belo Monte Conselho Ribeirinho. *Relatório do Processo de Reconhecimento Social*. Grupo de Acompanhamento Interinstitucional: Altamira, 2017. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2017/relatorio-de-reconhecimento-social-ribeirinhos>. Acesso em: mar. 2021.
- CHAVES, K. A. *Agora o rio vive seco*: populações tradicionais, exceção e espoliação em face da instalação de grandes projetos na Volta Grande do Xingu. 195f Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista (Unesp) Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2018.
- DIEGUES, A. C. S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. *São Paulo em perspectiva*, v. 6, n. 1-2, p. 22-9, 1992.
- DIÁRIO DAS NAÇÕES. *Ecocídio*: definições e implicações. Diário das Nações, 18 Nov. 2020. Disponível em: <https://diariodasnacoes.wordpress.com/2020/11/18/ecocidio-definicoes-e-implicacoes/>. Acesso em: 25 maio 2023.

- FRANCESCO, A. A. *Terror e resistência no Xingu*. São Paulo, SP: ISA – Instituto Socioambiental, 2021.
- G1 PA. 'Massacre do Presídio de Altamira', no PA, maior tragédia carcerária depois de Carandiru, completa dois anos. *G1*, 29 jul. 2021. Disponível em: <https://shre.ink/Q0BB>. Acesso em: 3 mai. 2023.
- HARAWAY, D. *O manifesto das espécies companheiras – Cachorros, pessoas e alteridade significativa*. Trad. Pê Moreira. Revisão técnica e posfácio Fernando Silva e Silva. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021, 184 p.
- KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *A queda do céu: Palavra de um Xamã Yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KRAUTLER, E. Mensagem de abertura. In: Sevá Filho, Oswaldo., (org). *Tenotã-Mô: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. 1 ed. São Paulo: International Rivers Network, 2005. p. 9-12.
- LIMA, T. S. *Um peixe olhou para mim: o povo Yudjá em perspectiva*. São Paulo: UNESP, 2005.
- MAGALHÃES, A. C. *Identidade e Reconhecimento Étnico: índios citadinos em Altamira*. Belém: Fundação Humanitas, 2008.
- MARINHO, J. A. M.; SARAIVA, Márcia Pires. *Terra Indígena Ituna-Itatá: saques e pressões em território de indígenas isolados no Médio Xingu*. In: XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Edição Online, 2021.
- REIS, C. S. A. Nas conversas e nos silêncios: memórias inundadas por Belo Monte. *Revista Poiésis*, v. 22, n. 37, p. 115-136, 2021.
- SEVÁ FILHO, O. (org.). *Tenotã-Mô: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. São Paulo: International Rivers Network, 2005.
- SILVA, T. S. C. *Viagem à terra do meio: um olhar sobre o (mal)encontro de Belo Monte com o rio Xingu*. 151 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.
- TSING, A. L. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas. 2019.
- UMBUZEIRO, A. U. B. *Altamira e sua história*. 4 ed. Belém: Ponto Press, 2012.